



11 jul
2017



* Reginaldo Minaré é
Coordenador da área de
Tecnologia da CNA

Endividamento brasileiro: entre governos gastadores e banqueiros incautos

Por Reginaldo Minaré*

No Brasil atual, o endividamento da União, que atualmente chega a 71,7% do Produto Interno Bruto – PIB, não pode deixar de ser creditado aos governos perdulários e banqueiros incautos. Os governos esqueceram o milenar preceito de que a longo prazo não dá para viver gastando acima do que arrecada, e os banqueiros esqueceram o igualmente milenar princípio de que não se deve emprestar muito para quem já está abundantemente endividado. Correm as partes os seguintes riscos: o devedor terá dificuldade para pagar e o credor para receber.

Para os governos é sempre muito cômodo, quando se quer gastar mais, recorrer aos empréstimos. Já que não tenho dinheiro, vou pedir emprestado e deixo para o contribuinte a responsabilidade do pagamento, esse é o pensamento. Essa é uma solução mágica para governos dilapidadores e irresponsáveis. Geralmente um governo que pensa assim é também incompetente e/ou desonesto no momento de investir o dinheiro que recebeu como empréstimo. Assim, o contribuinte acaba ficando com a conta para pagar sem ter qualquer benefício. Nesse cenário, o setor produtivo naufraga, não recebe a infraestrutura necessária e sofre com o declínio da economia. O mercado financeiro, com a política de juros elevados, ainda respira, mas já respira com ajuda de aparelhos.

Emprestar dinheiro a governos perdulários não é recomendável. Quando a ganância, a ambição por lucrar muito, ofusca a racionalidade, incrementa-se o risco de não receber no futuro nem juros nem o principal. Essa situação de desconfiança é a condição do Brasil hoje. A dívida pública interna federal ganhou trajetória de crescimento preocu-

pante nos últimos anos. Fundamental que o Governo faça um exame mais detalhado e realista do quadro, em especial um diagnóstico preciso da existência ou não de possível risco sistêmico, derivado da incapacidade de quitação das dívidas por parte da União.

O Ministério do Planejamento está fazendo apelos ao Congresso Nacional para que no Orçamento da União para 2018 seja mantido um déficit público de R\$ 131 bilhões, ou seja, o Governo está se esforçando para ficar no vermelho em apenas R\$ 131 bilhões em 2018.

A previsão do Governo é de que um superávit nas contas públicas só será possível em 2020, e assim mesmo um superávit bem pequeno, de R\$ 10 bilhões. Até 2020, a previsão do Governo é de déficits de R\$ 131 bilhões para 2018 e de R\$ 64 bilhões para 2019.

Bom lembrar que o Governo já coleciona resultados negativos desde 2014, o que indica uma série que poderá resultar em 6 anos de déficits.

Contudo, importante destacar que a previsão de superávit para 2020 só se sustenta dentro de um cenário favorável, ou seja, com as reformas pretendidas aprovadas, a economia em processo de reaquecimento e os juros em queda. Sem isso, a previsão do Governo precisará ser revista.

Não configurando o cenário previsto, a situação financeira do Brasil se agravará. A equipe econômica atual, com a emenda constitucional do teto de gastos públicos, que entrou em vigor em 2016 e limita a evolução das despesas à inflação acumulada de cada ano - que foi uma medida interessante -, colocou o Governo na condição de refém das reformas pretendidas e do reaquecimento da economia. Em um cenário sem as reformas aprovadas, sem o reaquecimento da economia e com o aumento do gasto público batendo à porta, o Governo ficará apenas administrando dívidas e terá dificuldades para isso. Estará em uma camisa de força e só terá margem de manobra se propor e conseguir revogar a emenda constitucional do teto de gastos, cenário que seguramente propiciará maior endividamento do Governo e a consequente situação de inadimplência.

A União caminha para ser o Lehman Brothers dos bancos, que insistiram no financiamento dos gastos abusivos de governos corruptos e incompetentes.

Repensar a liberdade do Governo para adquirir empréstimo é medida que se impõe com urgência. Assim como a revisão dos instrumentos de gestão da dívida pública e o próprio papel da dívida no processo de desenvolvimento da economia. O setor produtivo, especialmente agricultura, indústria, comércio e transporte precisa opinar mais sobre a gestão das finanças públicas brasileiras. 🌱